



ANEXO VI - ESTUDO PRELIMINAR

I. **OBJETO**

1.1. **Aquisição de veículos blindados de combate e apoio (ambulâncias) para atendimento dos objetivos estratégicos deste órgão e necessidades da área requisitante.**

2. **FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA**

2.1. Amparam legalmente esta contratação:

2.2. **Diretrizes Gerais:**

2.2.1. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 - Art. 22 e o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências – com suas alterações posteriores (as disposições sobre a licitação internacional na Lei 8.666/93 estão contidas no artigo 42);

2.2.2. Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 - Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;

2.2.3. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 - que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998;

2.2.4. Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências;

2.2.5. Decreto 7845/2011 - Regulamenta procedimentos para credenciamento de segurança e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, e dispõe sobre o Núcleo de Segurança e Credenciamento.

2.2.6. Decreto 3.555/2000 - Aprova o Regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns;

2.2.7. Decreto 7892/2013 - Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

2.2.8. Instrução Normativa nº 01, de 19/01/2010 (SLTI-MPOG) - Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;

2.2.9. Instrução Normativa nº 05, de 2014 que dispõe sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral.

2.2.10. Instrução Normativa nº 05, de 26 de maio de 2017, que Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;

2.2.11. Instrução Normativa nº Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, que estabelece regras de funcionamento do Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SicaF, no âmbito do Poder Executivo Federal;

2.2.12. Instrução Normativa nº 01, de 10 de janeiro de 2019, que dispõe sobre Plano Anual de Contratações de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação e comunicações no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e sobre o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações.

2.3. **Diretrizes Específicas:**

2.3.1. Decreto 9607, de 12 de dezembro de 2018 - Institui a Política Nacional de Exportação e Importação de Produtos de Defesa;

2.3.2. Decreto 10.030, de 30 de setembro de 2019 - Aprova o Regulamento de Produtos Controlados;

2.3.3. Instrução Normativa nº02, de 5 de agosto de 1999, que disciplina a Organização e o Funcionamento das Atividades dos Núcleos Especiais de Polícia Marítima (NEPOMs);

2.3.4. Portaria 238/2009 GAB/DG/DPF de 7 de abril de 2009 que autoriza a criação na Superintendências Regionais da PF do Grupo de Pronta Intervenção (GPI) para atuação em situações de risco diferenciado.

2.3.5. Portaria Nº 55 - COLOG, DE 5 DE JUNHO DE 2017 EB: 64474.004626/2017-58;

2.3.6. Portaria Nº 94 - COLOG, DE 16 DE AGOSTO DE 2019. EB 64447037703/2019-45;

2.4. Os bens que se pretende adquirir enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto nº 5.450, de 2005, os quais podem ser escolhidos tão somente com base nos preços ofertados e análise da compatibilidade das especificações técnicas com as exigências do Edital, ainda que sejam oferecidos por diferentes empresas do ramo. O objeto pretendido apresenta características amplamente difundidas, possuindo padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais do mercado;

2.5. Desta feita, a aquisição por meio de Pregão Eletrônico se faz como modalidade de eleição no caso. Entretanto, a evolução deste Estudo Técnico Preliminar tornou flagrante a constatação de que, em virtude da natureza das operações desempenhadas por Grupos Táticos Especiais (alto risco/especialização dos operadores/exigência de exatidão), se faz necessário ampliar o rol competitivo pela inclusão e possibilidade de participação de fornecedores estrangeiros para o que consta previsão na Lei 8666/93.

2.6. Ainda por tratarem-se de bens comuns, visando a ampliação da competitividade e maior economia ao Erário, a modalidade adotada será o pregão eletrônico para registro de preços conforme hipótese prevista nos incisos II e III do Art. 2º do Decreto 7892/2013.

3. **ANÁLISE DE CONTRATAÇÕES ANTERIORES**

3.1. Foram analisadas as contratações anteriores que vem sendo aperfeiçoadas conforme apontamentos de Análise Jurídica. Cabe ressaltar que estão sendo utilizados os modelos indicados pela AGU ([atualização JULHO 2020](#)) com as alterações aplicáveis ao caso.

3.2. Foram utilizados como base para a formulação deste processo os processos:

3.2.1. 08200.002667/2013-25 - Aquisição de Escudos Balísticos Tipos 1 e 2 pelo COT/DIREX/PF (COAD/DLOG/PF);

3.2.2. 08200.002661/2013-58 - Aquisição de Capacetes Balísticos e Seus Respetivos Acessórios pelo COT/DIREX/PF (Pregão 16/2013 Internacional Presencial COAD/DLOG/PF - UASG 200334);

3.2.3. 08400.017066/2013-61- Equipamentos e materiais para atendimento das necessidades da SR/PF/PE (Pregão Eletrônico 16/2013 da SR/PF/PE - UASG 200398)

3.2.4. 08200.022929/2014-59 (COAD/DLOG/PF) - Embarcações Táticas para o COT/DIREX/PF - Pregão Internacional;

3.2.5. 08200.012243/2014-50 (COAD/DLOG/PF) - Equipamentos Táticos para o COT/DIREX/PF - Pregão Internacional;

3.2.6. 08200.012198/2014-33 (COAD/DLOG/PF) - Equipamentos de Técnicas Verticais para o COT/DIREX/PF - Pregão Internacional;

3.2.7. 08200.007588/2014-91 (COAD/DLOG/PF) - Equipamentos Táticos para o COT/DIREX/PF - Óculos Balístico e Magnificador - Pregão Internacional;

3.2.8. 08200.012170/2014-04 (COAD/DLOG/PF) - Uniformes Táticos para o COT/DIREX/PF - Pregão Internacional;

3.2.9. 08200.022935/2014-14 (COAD/DLOG/PF) - Veículos Blindados para o COT/DIREX/PF - Pregão Internacional;

3.2.10. 08400.010936/2015-32 (SR/PF/PD) - Aquisição de Uniformes e Equipamentos Táticos para o GP/DIREX/SR/PE;

3.2.11. 08657.119600/2019-56 - Aquisição de Placas Balísticas Stand Alone para a Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal no Rio de Janeiro.

3.2.12. 08657.068372/2019-49 - Registro de Preços para Aquisição de Designadores e Magnificadores para a Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal no Rio de Janeiro.

3.2.13. 08650.003182/2018-65 - Registro de Preços para eventual aquisição de Veículos Táticos Blindados da Coordenação-Geral de Administração e Logística da Polícia Rodoviária Federal.

4. **DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO**

4.1. Neste momento, em razão de as especificações dos equipamentos que se planeja comprar estarem em estágio de construção e se aplicarem à ação de grupo tático especial, comumente envolvido em operações sigilosas, é prudente seja o conteúdo deste procedimento mantido sob restrição, conforme art. 45 do Decreto 7845/2011.

5. **DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

5.1. A Polícia Federal, conforme definido no art. 144 da Carta Magna, é órgão permanente que compõe a estrutura da Segurança Pública e tem o dever de fornecer aos cidadãos segurança efetiva e eficaz, sendo responsável pelas funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras e, com exclusividade, pela função de polícia judiciária da União, cabendo-lhe, entre outras atribuições, prevenir e reprimir tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho; apurar as infrações penais contra a ordem política ou social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme.

5.2. Atualmente a Polícia Federal é uma instituição que goza de considerável credibilidade junto à população, sendo uma das principais referências positivas da ação estatal. Porém, a manutenção desses índices de aprovação e confiança passa, necessariamente, por medidas que possibilitem ao policial equipar-se com os equipamentos e uniformes adequados. Como resultado, tal medida propicia, além de segurança para a população no entorno da ação policial, referências positivas acerca das operações desencadeadas pela Instituição, sendo, por conseguinte, preponderante para o sucesso de suas atribuições legais e para o reforço da imagem da instituição junto aos cidadãos que são, na verdade, os grandes destinatários das políticas de segurança pública desenvolvidas pelo Governo Federal.

5.3. O GP/DIREX/SR/PE/RJ e seus operadores integrados e capacitados para operar como Grupo de Pronta Intervenção, (GPI) estão diretamente envolvidos nas operações policiais de risco diferenciado que exijam a utilização de armas, equipamentos e técnicas especiais, específicos e fundamentais à

atuação do [GP/DREX/SR/PE/RJ](#), incluindo ações de primeira resposta face a atentados terroristas, prédios públicos federais, atuar em ocorrência com rifles, no caso de autoridades federais nacionais e estrangeiras e carro tático nos combates de segurança de dignitários classificados como de alto ou altíssimo risco, sem mencionar as atuações em ambiente noturno, que não dispo de alguns dos itens do objeto dessa ata, o enfrentamento se torna impossível, sem por em risco a vida dos policiais e de outros.

5.4. Como essas equipes devem permanecer em condições de pronto emprego com equipamentos e fardamentos padronizados e eficientes para que possam operar com o máximo de precisão e segurança.

5.5. Este procedimento se prestará à aquisição de [VEÍCULOS TÁTICOS BLINDADOS para a Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro](#). Em decorrência da possibilidade de o procedimento licitatório proposto poder ser aproveitado por outras unidades táticas da Polícia Federal ou forças de segurança pública, propõe-se o Sistema de Registro de Preços com fature no inciso III do Art. 2º do Decreto 7.892/2013 como melhor forma de aquisição para aproveitamento dos recursos humanos e materiais da Administração.

5.6. O [GP/DREX/SR/PE/RJ](#) é o grupo tático da Superintendência da Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro encarregado da solução de eventos críticos de altíssimo risco em todo Estado a quem compete planejar, coordenar, dirigir, controlar, avaliar e executar em nível regional.

5.6.1. Ações táticas contra quadrilhas de tráfico de drogas e armas, grupos paramilitares (milícias) nas comunidades do Rio de Janeiro;

5.6.2. Apoio tático às delegacias do interior em ações de alto risco;

5.6.3. Controle de distúrbios civis (Lei 10.683/2005);

5.6.4. Treinamentos e cursos em sua área de atuação;

5.7. O [GP/DREX/SR/PE/RJ](#) todos os anos, invariavelmente, participa de mais de 100 missões, em sua maioria de combate ao crime organizado, cada vez mais crescente em nosso país, tendo sempre como objetivo principal minimizar os riscos para preservação e proteção da vida dos policiais e de inocentes.

5.8. As especificidades de algumas atribuições exclusivas do grupo, como por exemplo, operações de altíssimo risco em comunidades (favelas) cujo poder bélico do crime organizado na maioria das vezes supera o armamento dos policiais do [GP/DREX/SR/PE/RJ](#) encarregados das diligências naquela localidade, tem por objetivo a minimização dos riscos e proteção principalmente dos policiais das delegacias especializadas da PF que sempre contam com o apoio do grupo nessas operações, no entanto o [GP/DREX/SR/PE/RJ](#) hoje está numa situação de inferioridade bélica diante dos criminosos.

5.9. O [GP/DREX/SR/PE/RJ](#) hoje necessita efetuar com urgência a reposição/complementação quantitativa de equipamentos básicos de proteção individuais, conhecidos como EPI tais como, capacetes balísticos, placas balísticas, óculos de proteção balísticos, escudo balísticos, luvas, uniformes táticos, cintos táticos, coletes para pistola, coletes táticos, além desses EPIs, o [GP/DREX/SR/PE/RJ](#) carece de equipamentos básicos como viaturas blindadas, comunicação tática(rádios), armamento padronizado e renovação da frota de embarcações, e necessita seja realizada aquisição de munição de fuzil para treinamento.

5.10. Mesmo com todas essas dificuldades, o [GP/DREX/SR/PE/RJ](#) jamais se eximiu de cumprir qualquer missão, sempre tendo como base sua atribuição prioritária, preservar e proteger a vida dos policiais e dos inocentes durante as operações de alto risco, essa defasagem e destaque de equipamentos e o aumento constante do poder bélico dos criminosos combatidos com táticas de guerrilha tornou impossível cumprimento das missões sem o risco eminente de perdemos a vida de um policial ou de terceiros, podemos dizer que assumir o risco de cumprir qualquer missão de alto risco em locais conflituosos seria como realizar uma roleta russa com a vida dos policiais envolvidos.

5.11. Tal situação coloca o [GP/DREX/SR/PE/RJ](#) diante da necessidade premente de aquisição de equipamentos e viaturas específicas para fazer frente as ameaças e consequentemente a preservação e proteção das vidas dos policiais.

5.12. Considerando o exposto acima, segue relato da problemática a ser solucionada com esta aquisição bem como justificativa individualizada para as quantidades mínima e máxima a serem registradas.

6. FUNDAMENTAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. Para utilização do Sistema de Registro de Preços, é preponderante o fato de que hoje o [GP/DREX/SR/PE/RJ](#) conta com 20 operadores mais 6 operadores lotados em Angra dos Reis. Tal contingente necessita ser incrementado para atingimento das condições ideais no que tange às rotinas de treinamento, ações planejadas e ações de pronto emprego. Entretanto, conforme o princípio da reserva do possível, em decorrência de vários fatores, o incremento no número de operadores pode não ser atendido pela Administração proporcionalmente ao crescimento da demanda, em um cenário em que há distanciamente recrudescimento da criminalidade organizada e violenta. Assim, o Registro de Preços se configura como medida de economicidade e flexibilidade na concretização das aquisições para o Grupo. No momento, há, inclusive, contingente recebendo Instrução no Curso de Formação Policial para incorporação ao órgão. É público e notório que mesmo com a nomeação desses novos policiais o claro de lotação não será preenchido. Há providências por parte do órgão a buscar novo concurso ainda em 2020. Dessa forma, o Registro de Preços prevê instrumento para a compra de equipamentos para o contingente existente e caso novos policiais sejam agregados ao Grupo é a forma de aquisição mais eficiente a disponibilizar meios sem o que o treinamento de novos operadores não pode ocorrer. Ademais, existem equipamentos que podem ser comprados em separado pois apesar de serem usados juntos não guardam problemas com padronização ou interpenetrabilidade, mas não há razão para aquisição de um item se não houver a aquisição do outro. O Sistema de Registro de Preços é a melhor alternativa nesse caso pois caso seja empreendido procedimento licitatório com sua revogação é medida que só se justifica na hipótese de fato superveniente e imprevisível, gerando questionamentos por parte do licitante vencedor (no caso, a possibilidade de um item ser deserto ou frustrado e outro que lhe complementa não é imprevisível). Ademais, pode haver a necessidade de aquisição de maiores ou menores quantidades em razão de reposições de itens avariados no decorrer da validade do Registro de Preços. Nessa esteira, justifica-se a utilização do Registro de Preços com fature no inciso II do Art. 2º do Decreto 7892/2013.

6.2. Concomitantemente, durante a etapa de Estudo Técnico Preliminar da Contratação, em consulta a outros grupos táticos vinculados à Unidade Central e Superintendências na coleta de informações a respeito de contratações anteriores notou-se que este procedimento pode ser aproveitado por outras unidades para realizarem suas aquisições vez que a carência de material, necessidades e doutrina são as mesmas. O instituto da Participação em Registro de Preços permite isso de uma forma que cada unidade será responsável pela justificativa de sua demanda em nível local mas a contra se dará em nível regional/nacional. Novamente, o Sistema de Registro de Preços configura a opção mais econômica, célere e flexível não apenas para o planejamento desta unidade. Note-se que há equipamentos de custo elevado. A união de forças, não apenas entre as unidades da Polícia Federal mas também pela admissão da participação de órgãos de outras esferas da Administração no certame aumenta o poder de negociação com melhores preços e, consequentemente maior economicidade para a Administração como um todo. Dito isto, visualiza-se amparo para a utilização do Registro de Preços com fature no inciso III do Art. 2º do Decreto 7892/2013.

7. FUNDAMENTAÇÃO PARA A VEDAÇÃO À AUTORIZAÇÃO DE ADESAO - CARONA

7.1. O compartilhamento de processos de aquisição é medida gerencial que visa maior eficiência da Administração. O Decreto 7892/2013 prevê como meio para compartilhamento de processos os institutos da Participação e da Adesão. A Participação se dá desde a fase interna e torna os quantitativos totais demandados conhecidos do mercado, influenciando o preço e a competição. A Adesão, por ser posterior, não tem esse mesmo efeito, mas, ela pode ser facultada pois a colaboração entre órgãos compensa em agilidade e redução de custos da realização de procedimento licitatório o ganho em escala que não se efetivou em relação aos quantitativos que são agregados ao processo *a posteriori*.

7.2. Não é o caso neste procedimento. Recomenda-se ao gestor que seja facultada a participação de outras unidades da Polícia Federal neste certame mas não a adesão de outros órgãos, pois em face do valor dos objetos (grande parte deles com especificações observadas até o momento apenas no mercado externo) quanto maiores os quantitativos maior a probabilidade de redução de preços, possibilidade que de plano não se concretiza no caso de adesão.

8. FUNDAMENTAÇÃO PARA A UTILIZAÇÃO DO PREGÃO INTERNACIONAL - DA AMPLIAÇÃO DA COMPETITIVIDADE E REFLEXOS NA OTIMIZAÇÃO DOS RECURSOS DO ÓRGÃO

8.1. A atividade de Grupos Táticos Especiais é reconhecidamente de risco elevado de vida (tanto para policiais quanto para a população no entorno das ocorrências). Como medida para minimizar tal risco, a doutrina policial adotou a formação de grupos restritos, de elite, em que são concentrados treinamento e recursos materiais para obtenção de resultados que não admitem erros. As rotinas desses grupos exigem uma série de equipamentos especiais, de alto rendimento e tecnologia, não comumente utilizados pelo contingente em geral. A aquisição desses equipamentos seria proibitiva e desnecessária para a totalidade do efetivo policial. Além da segurança e exatidão nas operações realizadas por esses grupos, seu emprego representa economia de recursos públicos, vez que é possível concentrar treinamento, alta especialização e quantidades menores de recursos humanos e materiais para a obtenção de resultado em eventos críticos.

8.2. Este Estudo Preliminar observou, atuando em pesquisa de mercado e de outras contratações efetivadas por grupos táticos policiais semelhantes, que os materiais necessários para fazer frente à criminalidade altamente violenta enfrentada por esses grupos não são, em sua maioria, produzidos em território nacional. Na maioria dos casos, as aquisições de equipamentos importados são feitas por intermédio de empresas nacionais, que ao comercializar o produto, acabam majorando os preços, em face da tributação que recai sobre o produto importado a qual se soma ao lucro que visa a sociedade empresarial.

8.3. Preocupa a inexistência/caráter restrito do mercado nacional para esses produtos. Ao mesmo tempo, denubar para um padrão inferior as especificações dos equipamentos fornecidos a esses grupos é ignorar a responsabilidade estatal em prover meios para que seus próprios agentes manuseiem progressivamente o uso da força em eventos tão delicados.

8.4. Na disciplina das licitações, o Pregão, ao inverter a ordem fase de habilitação/fase competitiva para fase competitiva/fase de habilitação acabou tornando-se a modalidade de eleição para a aquisição de bens comuns justamente porque sua fase competitiva, ao congrega todos os interessados que antes eram excluídos na fase de habilitação, aumentou o universo de concorrentes. Durante este Estudo Preliminar, observou-se que essa ampliação do rol de participantes é vital para a obtenção do binômio melhores preços/melhores especificações. O que a licitação internacional proporciona é um rol ampliado de competidores. Note-se que a a participação de empresas nacionais não se altera e resta garantida sua isonomia por meio da equalização das propostas (Art. 42 da Lei 8666/93).

8.5. A adoção da licitação internacional trará uma série de vantagens, podendo-se citar:

8.5.1. possibilidade de adquirir equipamentos com tecnologia avançada sem exclusão de empresas nacionais que atendam às especificações e certificações exigidas conforme doutrina e critérios técnicos;

8.5.2. redução do valor do bem a ser adquirido diretamente do exterior, excluindo a margem de lucro de empresas importadoras;

8.5.3. ampliação da competitividade, pela possibilidade de participação de empresas estrangeiras, o que não exclui a participação de empresas nacionais;

8.5.4. economia trazida aos cofres públicos, em especial para o orçamento da Polícia Federal permitirá a aquisição de mais equipamentos com o mesmo orçamento no caso de itens não produzidos ou disponibilizados por empresas nacionais;

8.6. Em relação à forma eletrônica, necessário evidenciar que em verdade, as habilitações e cadastros prévios exigidos bem como os certames na forma eletrônica são um grande avanço na sistemática de aquisições do Governo Federal. Essa realidade aplica-se a fornecedores nacionais. Isso porque forma eletrônica exige o cadastro da empresa no sítio de compras do Governo Federal e a chave para tanto é o

CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas), o que restringe a participação de empresas internacionais em nome próprio. A alternativa é a participação dessas empresas por meio de um representante nacional habilitado para tal. Outra problemática diz com a efetivação dos lances e qualificação das propostas vez que lances em moeda estrangeira não são aceitos para modalidade ordinária do Pregão no são de compras governamentais do Governo Federal. Também não há funcionalidade para equalização das propostas, ficando a cargo dos licitantes conhecer a sistemática de tributos que oneram os bens objeto da licitação, o que pode ensejar equívocos a prejudicar o bom andamento da sessão.

8.7. Conforme histórico citado neste estudo, por essas razões a Polícia Federal utilizou-se em processos anteriores da modalidade Pregão Presencial para certames internacionais. Entretanto, tem-se presenciado a utilização da forma eletrônica por outros órgãos, razão pela qual neste momento a forma eletrônica, que é a de eleição, será empregada.

9. DA EQUALIZAÇÃO DOS PREÇOS - VALOR REFERENCIAL E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

9.1. Conforme § 4º do artigo 42 da Lei 8666/93, as propostas de preço apresentadas por licitantes estrangeiros ou seus respectivos representantes, somente para fins de julgamento, deverão ser acrescidas dos gravames consequentes dos mesmos tributos que oneram exclusivamente os licitantes estabelecidos no Brasil quanto à operação final de venda.

9.2. Para efeito da disposição acima, as licitantes tanto as nacionais quanto as estrangeiras, deverão demonstrar, em separado, quais os tributos incidentes sobre o produto, discriminando as respectivas hipóteses de incidências, base de cálculo, alíquotas e valores. Os casos de isenções ou imunidades deverão ser declarados.

9.3. Há duas possibilidades de incidência de impostos quando se fala em licitantes estabelecidos no Brasil:

9.4. A licitante nacional é fabricante do produto em território nacional, então o bem é nacional. Nesse caso, incidirão, em uma primeira análise, os impostos: IPI, PIS, COFINS e ICMS.

9.5. A licitante nacional importa o produto. Então o bem é importado. Nesse caso, incidirão, os impostos: II, IPI, PIS-Importação, COFINS-Importação e ICMS.

9.6. Este estudo técnico verificou, por meio da utilização da ferramenta "Sítio de Apoio ao Importador", da Receita Federal do Brasil, os tributos incidentes sobre o bem. As alíquotas gerais mostradas pelo site são: II (35%); IPI (5%); PIS (2,62%) e COFINS (10,65%). Entretanto, a Lei 10.865/2004, que dispõe sobre a PIS e COFINS devidos na importação de bens e serviços, por o bem se encontrar na posição 8705 (NCM 87059090) em seu § 3º do Art. 8º estipula como alíquota para a COFINS valor diferente, ou seja, 12,57%. O próprio sítio faz a ressalva.

9.7. Na sequência, o Art. 54, inciso XXVIII do Decreto 7212/2010 isenta "os aparelhos transmissores e receptores de radiotelefonia e radiotelegrafia, os veículos para patrulhamento policial, as armas e munições, quando adquiridos pelos órgãos de segurança pública da União, dos Estados e do Distrito Federal do IPI.

9.8. O § 4o do art. 42 da Lei 8.666/93 estabelece que, para fins de julgamento da licitação, as propostas apresentadas por licitantes estrangeiros serão acrescidas dos gravames consequentes dos mesmos tributos que oneram exclusivamente os licitantes brasileiros quanto à operação final de venda. O objetivo desse dispositivo é, nas licitações internacionais, conforme bem anota o PARECER n. 03414/2020/CJU-RJ/CGU/AGU, "preservar a isonomia e resguardar o desenvolvimento nacional". A lei fala em "licitantes brasileiros" e não em fornecedor, produtos ou fabricante brasileiro mas é imprescindível que se faça a análise do que quis propor o licitante no caso. A previsão do II na equalização das propostas apenas interessa ao fornecedor nacional importador/retrovendedor, ou seja, oferece margem para a participação de um intermediário que aplicará seus custos e lucro sem agregar qualquer qualidade aos bens. Assim, se em um pregão participam dois licitantes, um fornecedor estrangeiro que comercializa produto de fabricação própria e um fornecedor nacional, que importa o mesmo produto do fornecedor estrangeiro, após equalização da proposta, em decorrência do Imposto de Importação, o licitante estrangeiro apresentará provavelmente preço virtual superior ao do nacional e a Administração pagará as despesas e lucros do intermediário, bem como os impostos incidentes (inclusive de importação), para adquirir o mesmo produto que poderia ter comprado por aproximadamente 50% caso houvesse adjudicado o objeto para o licitante estrangeiro. O exemplo explicita que o previsto do imposto de importação não traz qualquer benefício à indústria nacional, apenas incentiva a participação de intermediários na licitação. Nesse contexto, não será aplicado o imposto de importação quando da equalização das propostas de preço.

9.9. Sobre o tema das equalizações em procedimentos licitatórios internacionais, o TCU já se manifestou que a *comparação de preços das licitantes estrangeiras e nacionais, em bases tributárias e de custos totalmente distintas, sem a devida equalização, a exemplo do previsto na licitação em comento, importa em violação aos princípios da isonomia, do julgamento objetivo e da obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, devendo, portanto, ser repelido por este Tribunal (Acórdão 2238/2013-Plenário, TC 008.590/2013-3, relator Ministro José Jorge, 21.8.2013)*. Por isso, a equalização será realizada, entretanto, adotando o seguinte rol de impostos: IPI (alíquota de 0% para embarcações), PIS, COFINS e ICMS. Durante esta fase de estudos técnicos preliminares, foi necessário empreender estudo para prever o impacto da equalização no valor dos bens, inclusive para formação do valor referencial. Mas em virtude da possibilidade de as empresas concorrentes apresentarem regimes tributários e bases territoriais diversas não se recomenda apresentar esquema rígido quanto às alíquotas e sua incidência, devendo o edital prever que ficará a cargo dos licitantes apontarem, no caso concreto, os tributos incidentes sobre os produtos oferecidos ou que será analisado e criticado pela Equipe Técnica e responsável pela licitação.

9.10. Assim, as alíquotas aplicadas na equalização foram: II: 0%; IPI: 0%; PIS: 2,62%; COFINS: 12,57%; ICMS 18% (alíquota geral do estado do Rio de Janeiro). Como o pregão é eletrônico, e o portal de compras governamentais ainda não faz a equalização automática, em pregões internacionais comuns, tampouco aceita lances em moeda estrangeira para licitações eletrônicas comuns, o que se faz para poder se utilizar o ambiente eletrônico é orientar os fornecedores a darem seus lances convertidos em moeda nacional e acrescidos dos impostos como se licitantes nacionais fossem. As propostas finais terão a equalização, mas o preço final da proposta será inserido no sistema como "valor negociado" no caso do licitante estrangeiro ser vencedor e, nesse momento, lançado o valor livre de impostos decorrente da imunidade tributária de que goza a Polícia Federal no caso de importação feita em seu nome.

10. DA NÃO ADMISSÃO DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS EM CONSÓRCIO

10.1. Para se admitir ou não a participação de empresas reunidas em consórcio, necessário ponderar a respeito de como se dá o fornecimento dos bens que se pretende adquirir. A participação em consórcio interessa ao adquirente/contratante normalmente quando a solução proposta é complexa e não se apresenta como item de estoque, configurando uma solução a ser construída em que as partes que a compõem são fornecedoras por diferentes ângulos do mercado e estas representam porções representativas do todo e essas porções necessitam ser recebidas de modo integrado e simultâneo. O conteúdo tecnológico e de transferência de conhecimento também é verificado na formação de consórcios para aquisição de soluções policiais/militares complexas. Outro enfoque que recomenda a admissão de consórcios é o da economicidade. Toda vez que uma empresa contrata outra para realizar parte de um objeto ela agrega ao valor cobrado da Administração lucro e tributos. Por isso subcontratações normalmente devem ser admitidas em percentual reduzido em face ao valor total da contratação.

10.2. Outra razão que ampara a admissão de empresas reunidas em consórcio é a ampliação da competitividade. Em soluções complexas, apenas poucas empresas são capazes de oferecerem a solução em sua completude. No caso em comento, os itens que se pretende adquirir são bens comuns de mercado, razão pela qual a participação de empresas reunidas em consórcio não agregará benefícios na mesma medida em que sua admissão trará complexidade ao procedimento.

11. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

11.1. Método para a estimativa das quantidades a serem contratadas:

11.1.1. As quantidades mínima e máxima foram projetadas conforme o número atual de operadores e protocolo de abordagem que se somam à expectativa de ingresso de novos operadores e necessidade de substituições por desgaste/dano no período e são individualizadas conforme quadro a seguir.

GRUPO	ITENS	Descrição	Unidade	CATMAT	Código NCM	Taxa de Câmbio Referencial Dólar	Alíquota II 35%	Alíquota IPI 5%, mas tem isenção, conforme Art. 54, Inc. XVIII Decreto 7.212/2010	Alíquota PIS Importação	Alíquota COFINS Importação	Alíquota ICMS	Pedido mínimo	Quantidade máxima a registrar	Valor Unitário Máximo de Referência em Moeda Estrangeira (Dólar Americano)	Valor Total Máximo de Referência em Moeda Estrangeira (Dólar Americano)	Valor unitário máximo de referência sem Equalização (Em Reais)	Valor Total máximo de referência Sem Equalização (Em Reais)	Valor unitário máximo de referência Equalizado (Em Reais)	Valor Total máximo de referência Equalizado (Em Reais)
1	1	VEÍCULO BLINDADO COM SISTEMA REMOTO DE TIRO	Unidade	48585	87059090	R\$ 5,58	0,00%	0,00%	2,62%	12,57%	18,00%	1	4	\$ 992.000,00	\$ 3.968.000,00	\$ 5.535.360,00	\$ 22.141.440,00	R\$ 7.775.830,71	R\$ 31.103.322,85
	2	VEÍCULO BLINDADO COM TORRE ELÉTRICA DE TIRO	Unidade	48585	87059090	R\$ 5,58	0,00%	0,00%	2,62%	12,57%	18,00%	1	2	\$ 705.000,00	\$ 1.410.000,00	\$ 3.933.900,00	\$ 7.867.800,00	R\$ 5.526.170,01	R\$ 11.052.340,02
	3	VEÍCULO BLINDADO AMBULÂNCIA	Unidade	48585	87059090	R\$ 5,58	0,00%	0,00%	2,62%	12,57%	18,00%	1	2	\$ 722.000,00	\$ 1.444.000,00	\$ 4.028.760,00	\$ 8.057.520,00	R\$ 5.659.425,18	R\$ 11.318.850,35
		Taxa de câmbio referencial	Determinada para conversão a taxa do dólar do fechamento deste mapa comparativo de preços, ou seja, 13/10/2020, correspondente a R\$ 5,58 (cinco reais e cinquenta e oito centavos). Disponível em: http://www4.bcb.gov.br/pec/taxas/port/ptaxpesq.asp?id=bcotacao&id=bcotacao . Acesso em 13/10/2020 às 16:42.											R\$ 6.822.000,00		Valor Total da Contratação Sem Equalização, em Reais	R\$ 38.066.760,00	Valor Total da Contratação Equalizado, em Reais	R\$ 53.474.513,22

12. DEMONSTRAÇÃO DO ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE

12.1. Esta solução encontra-se em consonância com o Planejamento Estratégico do Órgão atualizado conforme Portaria nº 4453/2014-DG/DPF de 16 de maio de 2014 sobretudo em relação aos itens 3, 6.1, 6.2, 6.3, 6.5, 6.10, 7.1, 9.4 (9.4.1, 9.4.2, 9.4.3).

12.2. Quanto à previsão no planejamento do órgão conforme IN 01/2019 foi solicitada manifestação para inclusão na janela de setembro conforme processo SEI nº 08455.016537/2020-15, ademais, trata-se de Registro de Preços em que existe perspectiva em paralelo de contemplação com recurso de fonte externa para combate ao crime que dependem da conclusão, com sucesso, do procedimento licitatório de registro de preços.

13. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERADO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO

13.1. **DA PROBLEMÁTICA A SER SOLUCIONADA**

Itens 13.1.1 a 13.2.2 - Informação Interna - Restrita. Exclusão em versão para publicação conforme Art. 22 Lei 12.527/2011 c/c Art. 45 Lei 7845/2011.

13.2. **Qualificação Técnica**

13.2.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado de natureza militar que comprovem o fornecimento de 50% das quantidades máximas em registro.

13.2.2. Além da apresentação dos Atestados de Capacidade Técnica conforme item anterior, o licitante deverá comprovar certificações iguais ou similares para os itens conforme tabela a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	CERTIFICAÇÃO REQUERIDA/IA COMPROVAR
1	VEÍCULO BLINDADO COM SISTEMA REMOTO DE TIRO	Stanag 4569 Nível III com WC, para carroceria, compartimento do motor e vidros e Stanag II-A e II-B para o piso;
2	VEÍCULO BLINDADO COM TORRE ELÉTRICA DE TIRO	Stanag 4569 Nível III com WC, para carroceria, compartimento do motor e vidros e Stanag II-A e II-B para o piso;
3	VEÍCULO BLINDADO AMBULÂNCIA	Stanag 4569 Nível III com WC, para carroceria, compartimento do motor e vidros e Stanag II-A e II-B para o piso;

13.3. **Sustentabilidade Ambiental**

13.3.1. Para dimensionamento das diretrizes relativas à sustentabilidade ambiental, foi consultado o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU (Abril de 2020). Em relação às diretrizes gerais, referentes ao planejamento, o questionamento inicial quanto à necessidade do consumo bem como o fomento às contratações públicas compartilhadas (p.29) permeiam todo o processo bem como o sopesamento entre uma maior restrição da competição e dispêndio financeiro maior que o "normal" (p.21). O estabelecimento de especificações que visam durabilidade e comprovação certificada dos parâmetros fornecidos pode ser considerada uma medida de sustentabilidade ambiental, pois reduz o consumo e todo consumo, invariavelmente, carrega consigo mudanças ambientais.

13.3.2. Não foram encontradas medidas de sustentabilidade específicas para os objetos. Em verdade, a sustentabilidade ambiental diz aqui muito mais com a aquisição de bens de qualidade, certificados e duráveis e com sua posterior reciclagem e destinação dos resíduos gerados e dos próprios bens ao final de sua vida útil, diretriz que já é seguida pelo órgão em seu dia a dia e especialmente quando se analisa a política de Licões de bens inservíveis adotada por este.

13.3.3. Destarte, são colocadas, neste Estado Técnico, diretrizes gerais presentes no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU.

13.3.4. Os bens a serem adquiridos deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos, bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental;

13.3.5. Os bens a serem adquiridos deverão ainda atentar tanto em sua cadeia produtiva quanto de transporte a todas as normas regulamentares existentes, ou que venham a ser editadas durante a vigência da contratação, mais especificamente as seguintes normas:

13.3.6. Instrução Normativa nº 01/2010-SLTI/MPOG, de 19 de janeiro de 2010 – que dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;

13.3.7. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 - que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

13.4. **Vigência do Contrato**

13.4.1. No caso de a Administração optar pela formalização de instrumento contratual, o prazo de vigência do Contrato será de **24 (vinte e quatro)** meses, contado da data de sua assinatura.

13.4.2. A vigência contratual por período maior que 12 meses se justifica pois o prazo de entrega dos bens é de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias. Após essa entrega, ainda correrão prazos para o recebimento definitivo e provisório, eventuais necessidades de correções técnicas do projeto e do bem entre essas fases, prazo de embarque aduaneiro (o qual pode ser retardado por condições como atrasos no transporte ou problemas junto à Receita Federal do Brasil e autorização de importação pelo Exército brasileiro). Além disso, inclui tempo para o treinamento da equipe antes da efetiva colocação do bem em serviço, situação que poderá revelar vícios redibitórios que necessitarão correções. Por conta disso, o prazo de vigência maior é salvaguarda da Administração que terá instrumento contratual ativo.

13.4.3. Por se tratarem de serviços essenciais para o desempenho das atividades institucionais da Polícia Federal, o Contrato poderá ser prorrogado, por meio de termo aditivo, até o limite de 60 (sessenta) meses, observados os requisitos elencados, de forma simultânea e desde que autorizado formalmente pela autoridade competente, quais sejam:

13.4.3.1. Se os serviços tiverem sido prestados regularmente;

13.4.3.2. Se a Administração mantiver interesse na realização do serviço;

13.4.3.3. Se o valor do Contrato permanecer economicamente vantajoso para a Administração;

13.4.3.4. Se a Contratada manifestar expressamente interesse na prorrogação.

13.5. **Soluções de Mercado**

13.5.1. As especificações técnicas, como já mencionado neste Estado Preliminar, não inovam e, a despeito de ainda não haver padronização no âmbito do órgão foram utilizadas com sucesso em outros processos de aquisição empreendidos por outras unidades do mesmo que dispõem de grupos táticos em sua estrutura. Mais do que uma repetição de especificações cuja aquisição, histórico de aplicação e uso foi bem sucedido, os bens a serem adquiridos são soluções de mercado comuns para as quais não há grande variabilidade, a não ser no requisito da qualidade, o que, acredita-se, esteja respaldado pela complexidade das especificações, minimizando o risco de aquisição de itens de qualidade inferior pautados por preço referencial que não se justificaria.

14. **LEVANTAMENTO DE MERCADO E ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR**

14.1. As especificações técnicas foram levadas a mercado não havendo crítica dos fornecedores em relação a restrição de competitividade. Também foram colocados diversos procedimentos licitatórios que demonstram a utilização comum das soluções propostas por diversos órgãos da Administração Pública. Maior detalhamento em relação a aquisições atuais/recentes realizadas por outros órgãos podem ser constatadas conforme Mapa Comparativo de Preços e item 11 deste documento.

15. **ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO E PREÇOS REFERENCIAIS**

15.1. A estimativa de preços/valores referenciais para esta contratação consta do Mapa Comparativo de Preços constante do processo e item 11 deste documento.

16. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

16.1. Esta aquisição faz parte de um sistema de aquisições integradas, por meio de Sistema de Registro de Preços, de veículos, embarcações, armamento e equipamentos diversos, de alto rendimento, tecnologia e especificidade, de uso restrito e aplicação nas operações e treinamentos de Grupos Táticos Especiais.

17. **JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO**

17.1. O agrupamento é medida que se justifica apenas nas hipóteses em que seu emprego se traduza em vantagem à Administração. Os veículos serão utilizados em conjunto. Além da identidade visual, tratam-se de equipamentos cuja manutenção e fornecimento de peças apesar de comuns são especializados e restritos. No caso de compra dos itens sem agrupamento o gerenciamento de 3 tipos diferentes de blindagem (fabricante-design), motores e estrutura pode representar entrave e indisponibilidade. Além disso, a compra de itens de reposição e contratação de serviços de manutenção para a totalidade da frota se traduzem em maior agilidade e economicidade para a Administração. Por tais motivos, necessário o agrupamento.

17.2.

18. **JUSTIFICATIVA PARA A CONCESSÃO OU NÃO DE COTAS PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS**

18.1. A utilização de cotas para micro e pequenas empresas não deve ser admitida vez que compreende parcelamento da solução o que não é tecnicamente viável.

19. **DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS OU FINANCEIROS DISPONÍVEIS**

19.1. Conforme já especificado, a solução pretendida amplifica a força de trabalho e segurança das operações do Grupo Tático e segurança de bens e pessoas no entorno das operações.

20. **PROVIDÊNCIAS PARA A ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO**

20.1. As providências para adequação do ambiente do órgão dizem com ações de responsabilidade da Polícia Federal, quais sejam: local para guarda dos veículos/embarcações e equipamentos - a cargo da Superintendência de Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro, estrutura já existente. Também diz com a adequação do contrato de manutenção de embarcações (licitação em vias de publicação - processo nº 08200.006237/2020-10), da contratação vigente para manutenção de veículos, de fornecimento de combustível (já existente) do que depende a operação do [GPI/DREX/SR/PF/RJ](#) em sua plena capacidade.

20.2. A complementação do contrato de manutenção de veículos depende de se conhecer qual objeto será contratado, pois a depender deste os quantitativos e especificações podem variar. Recomenda-se que, tão logo haja a assinatura e emissão de ordem de serviço para início da confecção dos bens seja iniciado o processo respectivo.

20.3. Complementação do quadro de operadores para aquisição das quantidades totais, o que depende da Diretoria de Gestão de Pessoas da Polícia Federal.

20.4. *Inclusão desta demanda no PAUV - Plano Anual de Aquisição de Veículos - conforme Instrução Normativa nº 03 de 15 de maio de 2008 - empenho em 2020 e incorporação à frota em 2021;*

20.5. *Inclusão desta demanda no PGC - Plano Geral de Contratações - conforme Instrução Normativa nº 01, de 10 de janeiro de 2019 (Inclusão janela de setembro - conforme inciso I do Art. 9º);*

21. **DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO**

21.1. Conforme status atual do quadro de servidores do órgão e conforme histórico da solução,

entendo-se a solução em comento como viável para o atendimento da demanda exposta.

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO



Documento assinado eletronicamente por **ALINE NOVAIS, Papiloscopista Policial Federal**, em 11/11/2020, às 11:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **VINICIUS DE MOURA SECUNDO, Agente de Polícia Federal**, em 11/11/2020, às 11:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **16657918** e o código CRC **7695241D**.

Referência: Processo nº 08455.012570/2020-68

SEI nº 16657918